

A INSERÇÃO DA NATUREZA NAS TEORIAS ECONÔMICAS *ECONOMIC THEORIES IN ENVIRONMENTAL ECONOMICS*

Grupo de Trabalho (GT): GT05. Bioeconomia

Laralisse Carvalho de Oliveira¹.

Gisele Barbosa de Paiva Autor²

Resumo

Este artigo oferece uma breve revisão histórica das teorias econômicas em relação à natureza, destacando a evolução do pensamento econômico desde uma visão que negligenciava os limites naturais até uma crescente conscientização ambiental. Iniciando com os fisiocratas e percorrendo as mudanças até a economia neoclássica, explora como a economia ambiental surgiu para abordar questões de recursos naturais e poluição. Além disso, menciona o surgimento de novas abordagens, como a economia ecológica e a economia circular, em resposta aos desafios ambientais contemporâneos. O artigo destaca a necessidade contínua de abordagens econômicas mais sustentáveis para promover a harmonia entre a economia e o meio ambiente.

Palavras-chave: Economia Ambiental. Meio Ambiente, Políticas Ambientais. Teorias Econômicas

Abstract

This article provides a brief historical review of economic theories concerning nature, highlighting the evolution of economic thought from a perspective that disregarded natural limits to a growing environmental awareness. Starting with the physiocrats and tracing the changes through to neoclassical economics, it explores how environmental economics emerged to address natural resource and pollution issues. Additionally, it mentions the emergence of new approaches, such as ecological economics and the circular economy, in response to contemporary environmental challenges. The article underscores the ongoing need for more sustainable economic approaches to promote harmony between the economy and the environment.

Key words: Environmental Economics. Environment, Environmental Policies. Economic Theories

1. Introdução

A preocupação com as questões ambientais que envolvem poluição, desmatamento, mudanças climáticas, desertificação, entre outras, vem se intensificando nos últimos anos, especialmente após o Covid-19. Junto dela, cresce também a busca por abordagens, políticas e instrumentos que auxiliem a redução da degradação ambiental e preservação dos ecossistemas. A conscientização ambiental, que se relaciona a uma visão global e no cotidiano das pessoas - incluindo governos, empresas e pesquisadores - quanto as formas que determinados atos podem impactar o meio ambiente e o entendimento das formas de controle, ocorre em ondas ou ciclos conforme Dalcomuni (1997). Essa autora identifica “ondas de conscientização ambiental” divididas em quatro períodos que vão de pré 1960, 1961- 1970; 1970 – 1985, pós 1985.

Após uma série de conferências e significativas transformações da década de 1990, incluindo a Rio 92, o século XXI começou com perda de ritmo no que diz respeito ao enfrentamento das questões ambientais. De acordo com Diniz (2002) a proteção ambiental continuou a ser entendido como impedimento ao crescimento econômico. Ainda na primeira década desse século as discussões se concentraram em torno da resiliência, mitigação e

¹ Universidade Federal do Tocantins -UFT. Discente Curso de Graduação em Ciências Econômicas.
laralisse.carvalho@mail.uft.edu.br

² Universidade Federal do Tocantins. Doutora em Economia e Docente Curso de Ciências Econômicas -UFT.
Gisele.paiva@uft.edu.br

adaptação para redução das causas dos problemas. A partir de 2010, considerando que as medidas de mitigação geraram resultados irrisórios, a comunidade científica, governos e instituições vem dando destaque às mudanças climáticas, suas consequências e seus mecanismos de controle.

A ciência econômica vem contribuindo nesse debate a partir de 1960, onde as questões ambientais passaram a ser incluídas em seus modelos, antes disso, a economia não reconhecia que os problemas ambientais pudessem impedir o crescimento econômico e afetar o funcionamento do sistema econômico. A teoria econômica nesse campo evoluiu, surgindo correntes teóricas que vão de abordagens neoclássicas como a economia do meio ambiente a abordagens inter e transdisciplinares como a ecologia política.

Nesse sentido, esse artigo tem como objetivo realizar uma breve revisão histórica da inclusão da natureza nas teorias econômicas, partindo-se da estrutura de Cechin (2012). Foram pesquisados artigos específicos e incluída referências que complementaram a estrutura histórica das teorias. A metodologia utilizada é revisão de literatura fundamentada em uma abordagem de coleta e síntese de fontes acadêmicas, especialmente em buscas nos portais SciELO; Google Acadêmico e Portal Capes (Periódicos).

Por se tratar de um longo período e diversas vertentes teóricas, esse artigo descreveu o papel da natureza na teoria econômica a partir do surgimento da economia como método científico até os principais conceitos e resultados da teoria da economia ambiental, que é a teoria que dá suporte a grande parte das políticas ambientais executadas no mundo atualmente. Esse trabalho, portanto, se justifica, pois, reflete sobre a compreensão de que a economia e o meio ambiente estão interconectados, e que abordagens econômicas mais sustentáveis são cruciais para enfrentar os desafios ambientais.

2. Natureza nas teorias econômicas

Antes do século XVIII, as questões econômicas não eram restritas a uma única disciplina ou a um grupo de especialistas, sendo os fisiocratas os primeiros (CECHIN, 2010). O surgimento da economia como disciplina ocorreu com a obra "A Riqueza das Nações" de Adam Smith em 1776. Autores clássicos como David Ricardo, Thomas Malthus e Stuart Mill buscaram compreender as sociedades industriais e os determinantes da prosperidade, relacionados ao crescimento econômico limitado pela disponibilidade de recursos naturais. A economia neoclássica, que prevalece como *mainstream* até os dias atuais, considera a perfeita substitutibilidade de fatores de produção, eliminando assim os limites para o crescimento econômico.

Os fisiocratas foram os primeiros a dar destaque à natureza como o centro da estrutura do funcionamento econômico. François Quesnay relacionou a riqueza de uma nação à agricultura, considerando a natureza como a única forma de suprir as necessidades de todas as classes sociais. Autores clássicos como Adam Smith, David Ricardo e Stuart Mill também abordaram a relação entre crescimento econômico, população e disponibilidade limitada de terras. Eles discutiram os efeitos dos retornos decrescentes gerados pelo crescimento populacional sobre recursos naturais limitados, como a terra de boa qualidade (MAZARRO, 2022). Marx alertava para o perigo da redução da fertilidade dos solos com base no exemplo da utilização intensiva dos recursos da natureza, todavia, para Cechin (2010), para Marx, assim como para Mill, a tecnologia resolveria os problemas dos limites naturais, onde toda escassez desapareceria no futuro, dada a autoformação do sistema mediante conflitos internos. A teoria econômica até 1870 foi fundamentada na teoria do valor trabalho.

Todavia, a revolução marginalista no final do século XIX mudou o foco da produção para a distribuição de riqueza. Segundo Andrioli (2019), com o avanço da atividade industrial, a mecanização do processo produtivo e a busca pelo aumento da participação do capital na riqueza nacional se tornaram características da sociedade capitalista, alterando inclusive a relação do ser humano com a natureza. De toda forma, após a revolução marginalista o problema econômico passa a ser o de maximização da utilidade ou lucros, dada uma restrição de recursos, e que permanece até os dias atuais e é o fundamento das teorias econômicas do *mainstream*. Esse fundamento, associado a crença de que a economia é um sistema isolado e de crescimento ilimitado permitiram o desenvolvimento da teoria desconsiderando a natureza.

Segundo Leff (2021), a palavra sustentabilidade era praticamente inexistente na teoria econômica, nas políticas públicas e em assuntos internacionais até a década de 1960. Todavia, as projeções catastróficas acerca da finitude dos recursos naturais nesta época com a publicação da “Primavera Silenciosa” de Rachel Carson, “The economics of the Coming Spaceship Earth” de Kenneth Boulding e “Os Limites do Crescimento” – estudo do MIT e do Clube de Roma sobre os limites da capacidade de suporte do planeta, anunciaram à sociedade, inclusive aos economistas, a possibilidade iminente de um colapso ecológico.

Essas discussões nortearam a inclusão dos aspectos ambientais nos modelos econômicos e nas políticas públicas. Até então, as externalidades negativas geradas por agentes econômicos eram resolvidas em disputas judiciais, havendo, a partir de 1950 uma progressiva passagem para a criação e implementação de políticas ambientais pelos governos.

1.1 Economia ambiental neoclássica

A Economia ambiental é baseada na abordagem neoclássica da teoria econômica fundamentada em pressupostos e leis gerais, um dos principais é o fluxo circular de renda. Segundo Muller (2007) trata-se de uma caixa que ilustra o fluxo de interação entre empresas e famílias em mercados de bens e serviços e de fatores de produção em um sistema isolado que não interage com o meio externo. Esse fundamento origina a ideia de que recursos naturais - meio externo – não restringem a expansão da economia, ou seja, não há limite para o crescimento econômico.

Nesse sentido, a economia neoclássica desdobrou-se em economia dos recursos naturais, que analisa a entrada dos insumos no sistema econômico, e economia da poluição que trata da saída, ou seja, os resíduos do processo produtivo. A economia dos recursos naturais no geral busca encontrar o valor ótimo de determinado recurso a partir da maximização do valor presente líquido da extração. A economia da poluição baseia-se na teoria do bem-estar e dos bens públicos desenvolvida por Pigou nas primeiras décadas do século XX e busca compreender os danos causados pela poluição ambiental e os custos e benefícios envolvidos na adoção de mecanismos de controle da poluição (MAY, 2010).

Assim, as políticas ambientais, em grande parte fundamentadas pela economia ambiental, baseiam-se na internalização de externalidades e atingimento do nível ótimo e eficiente no uso dos recursos naturais. Essas políticas são baseadas em instrumentos que se dividem regulação direta e instrumentos econômicos, sendo o primeiro preponderante (OLIVEIRA, 2016, PAIVA, 2021).

Um das principais vertentes que surge a partir da crítica às soluções propostas pela economia ambiental é a economia ecológica que se consolida a partir da década de 1980 e fundamenta-se na inclusão de aspectos biofísicos em suas análises. Sua abordagem envolve um campo transdisciplinar que busca a integração da economia e ecologia (PAVAN, 2018). Outras áreas que estudam a relação entre economia e meio ambiente vem se desenvolvendo, como economia verde e economia circular. De toda forma, há amplo debate, com ações ainda insipientes dada a expansão da degradação ambiental no mundo.

Considerações Finais

Em conclusão, este artigo traçou uma breve revisão histórica das teorias econômicas em relação à natureza, destacando como a economia evoluiu de uma visão inicial que negligenciava

os limites naturais para o crescimento econômico para uma crescente conscientização ambiental nas últimas décadas. Desde os fisiocratas até a economia neoclássica, a natureza frequentemente foi considerada um recurso inesgotável, mas eventos como a Revolução Marginalista e publicações preocupantes sobre a finitude dos recursos naturais começaram a mudar essa perspectiva.

A economia ambiental, em particular, desempenhou um papel fundamental na internalização das externalidades e na elaboração de políticas públicas para abordar questões ambientais. No entanto, a emergência de novas abordagens, como a economia ecológica, a economia verde e a economia circular, reflete a complexidade crescente da relação entre economia e meio ambiente. À medida que os desafios ambientais se intensificam, é crucial continuar a explorar e desenvolver abordagens econômicas mais sustentáveis que reconheçam a interconexão entre a economia e os ecossistemas naturais, visando assim um futuro mais equilibrado e harmonioso para nosso planeta.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLI, A. I. A atualidade de Marx para o debate ambiental. In: ECKER, D.; ROSIN, N. (Org.). **O Capital e o Capital**. Passo Fundo - RS: IFIBE, 2019, v. 1, p. 149-163.

CECHIN, A. **A natureza como limite da economia: a contribuição de Georgescu-Roegen**. São Paulo: Senac, 2010. Pag. 28.

DALCOMUNI, S.M. Inter-relações fundamentais para o desenvolvimento sustentável. In: Nanotecnologia, sociedade e meio ambiente / Paulo Roberto Martins (org.). São Paulo: Xamã, 2006

DINIZ, E. M. Os Resultados da Rio+10. Revista do Departamento de Geografia, São Paulo, n.15, 2002. Disponível em: <<http://www.geografia.fflch.usp.br/>>. Acesso em: 27 set 2023.

LEEF, E. **Ecologia Política: da desconstrução do capital a territorialização da vida**. Campinas -SP: Editora da Unicamp, 2021. 503p.

MAZZARO, G. Y. C. **As diferentes perspectivas das escolas de pensamento econômico sobre o meio ambiente**. Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2022. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/217566>>.

MAY, P. H. **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. v. 1. 379p.

MUELLER, C. **Os economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente**. Brasília: Editora UnB, 2007.

OLIVEIRA, H. S. **Políticas ambientais sustentáveis de comando e controle e a eficácia dos instrumentos econômicos**. Minas Gerais: Prospectiva, 2016.

PAVAN, L. S. **Economia Ecológica**. Editora Atena, Ponta Grossa, PR. 2018.



■ TEMA DO EVENTO:

DESAFIOS SOCIOECONÔMICOS
AMBIENTAIS NA AMAZÔNIA



22 | 23 | 24
NOVEMBRO



PAIVA, G. B. **Zoneamento ecológico econômico:** análise da implementação e capacidade de transformação do uso da terra e dos recursos naturais no Tocantins. 2021. Disponível: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/43044>>. Acesso em: 06 dez. 2022.